

Gestão da Política de Comunicações
Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Qualidade dos Serviços de Telecomunicações
Serviços de Comunicação de Massa
Serviços de Radiodifusão
Serviços Postais
Serviços Privados de Telecomunicações
Telefonia Fixa
Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Ministério das Comunicações

Gestão da Política de Comunicações

O Programa de **Gestão da Política de Comunicações** foi instituído em 2001 com o objetivo de apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas no setor de comunicações, não havendo, desta forma, índices específicos para a aferição do grau de realização das ações a ele vinculadas.

Relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento do planeta, no período 2000-2001, tem como temática central a luta contra a pobreza, qualificando-a, quantificando-a e localizando-a, ao tempo em que apresenta uma estratégia de enfrentamento que procura envolver toda a comunidade internacional oferecendo a todos os atores da sociedade oportunidades de engajamento e ação. Mais da metade da população mundial, atualmente, é constituída por pobres que sobrevivem com menos de US\$ 2,00 por dia. A situação é ainda mais crítica para cerca de 1,2 bilhão de pessoas que dispõem de menos de US\$1.00 por dia. No Brasil, são mais de 50 milhões de ilhados pela pobreza. A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante à sociedade.

Desta forma, uma importante medida que se busca implementar por meio de projetos e atividades vinculados ao Programa de **Gestão da Política de Comunicações** é a de proporcionar a universalização dos serviços públicos, ou seja, a garantia de acesso ao cidadão a esses serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

.....

Devido aos dispositivos do Decreto n.º 4.120, de 7 de fevereiro de 2002 e suas alterações posteriores, não foi possível a liberação de recursos financeiros durante o exercício para a realização das ações propostas, não tendo havido, portanto, resultados do Programa.

Resultados

.....

O Programa foi incluído no PPA em outubro de 2001, não tendo sido alteradas as razões que levaram à sua concepção.

Concepção

Quanto à estratégia de implementação, prevê-se necessidade de aperfeiçoar a forma de articulação da unidade executora do Programa com a unidade de orçamento e planejamento do Ministério.

Quanto à justificativa do Programa, deverá ser readequada, ficando da seguinte forma: "a nova forma de atuação do Estado, requer que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos. O Programa de gestão de políticas públicas foi instituído visando especificamente a enfrentar tal desafio, compreendendo o conjunto de ações de planejamento, formulação de políticas setoriais e de seus programas, a avaliação de resultados, a correção de rumos e, ainda, o apoio à execução das ações finalísticas, de forma harmônica e sinérgica, pelos diversos agentes, sejam eles públicos ou privados.

Gerente:

Exedito José de V. Gonçalves

Desta forma, o Programa **Gestão da Política de Comunicações** se constitui em um instrumento de suporte à formulação e ao desenvolvimento de projetos e atividades dos programas vinculados ao Ministério das Comunicações, de forma a conciliar políticas e diretrizes governamentais para o setor com o objetivo de proporcionar à sociedade o acesso aos serviços de comunicação."

.....

Implementação Devido à restrição de ordem financeira já citada, não houve recursos para implementação do Programa.

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

O Programa tem por objetivo pesquisar, desenvolver e defender inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicação.

Sua fonte de recursos consiste no Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel. De natureza contábil, o fundo foi instituído através da Lei nº 10.052 de 28 de novembro de 2000, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do art. 77 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Ele é administrado por um conselho gestor e tem como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

O conselho gestor é constituído pelos seguintes membros: um representante do Ministério das Comunicações; um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e um representante da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

Compete ao conselho gestor: aprovar as normas de aplicação de recursos do Fundo em programas, projetos e atividades prioritárias na área de telecomunicações, em consonância com o disposto no art. 1º desta lei; aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do plano de aplicação de recursos submetido pelos agentes financeiros e pelo CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações; submeter, anualmente, ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Funttel, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual a que se refere o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, observados os objetivos definidos no art. 1º desta Lei, as políticas de desenvolvimento tecnológico fixadas pelos poderes Executivo e Legislativo e a existência de linhas de crédito; prestar conta da execução orçamentária e financeira do Funttel; propor a regulamentação dos dispositivos desta lei, no âmbito de sua competência; aprovar seu regimento interno; decidir sobre outros assuntos de interesse do Funttel.

Constituem receitas do Fundo: dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais; contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas canceladas, os descontos concedidos, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; contribuição de 1% devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas; o produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo; o produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores; doações; e outras que lhe vier a serem destinadas.

Gerente:

Frederico José de Silveira Monteiro

Os recursos do Fundo são aplicados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações.

Em 2001 e 2002, 20% dos recursos do Fundo foram alocados diretamente à Fundação CPqD.

Os recursos destinados ao Funttel, não utilizados até o final do exercício, apurados no balanço anual, serão transferidos como crédito do mesmo Fundo no exercício seguinte.

Resultados Descrevemos abaixo os projetos aprovados pertencentes ao Programa, vinculando-os às respectivas ações e relacionando em cada projeto os respectivos resultados:

Ação fomento à pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações na Fundação CPqD

- A instituição executora dos projetos vinculados a esta ação é o CPqD, e foram gastos, em 2002, R\$ 92.262.368,00.
- Projeto Infra-Estrutura para Redes de Telecomunicações

O presente projeto objetiva a pesquisa aplicada para desenvolver conhecimentos sobre os seguintes tópicos: aspectos ambientais e operacionais presentes na infra-estrutura brasileira de redes de telecomunicações cujo domínio permitam desenvolver soluções inovadoras para o desenvolvimento de novos sistemas de telecomunicações compatíveis com o ambiente de operação; adequação da confiabilidade da infra-estrutura de telecomunicações com os padrões dos novos serviços; ampliação e otimização da capacidade da infra-estrutura da rede de telecomunicações; caracterização de problemas e falhas na infra-estrutura permitindo identificar causas relacionadas aos aspectos técnicos e operacionais; e substituição de procedimentos operacionais pouco eficientes ou onerosos.

Principais resultados alcançados em 2002:

- instalação do campo de testes ambientais de Fortaleza;
- caracterização de metodologias de medidas de resistência interna de bateria chumbo-ácida estacionária.
- Projeto Comunicações Ópticas

O projeto tem por objetivo principal investigar novos ou pouco conhecidos aspectos da tecnologia de comunicações ópticas, gerar soluções inovadoras e desenvolvimentos tecnológicos com ênfase em aspectos de integração entre as tecnologias de IP e WDM, considerando as novas funcionalidades das redes com roteamento totalmente óptico (aprovisionamento de banda de transmissão sob demanda, supervisão e monitoração, proteção e restauração) aumento da capacidade de transmissão para sistemas WDM, e (aumento da taxa de transmissão, aumento do número de canais).

Principais resultados alcançados em 2002:

- amplificadores Raman
- avaliação experimental de técnicas de supervisão DWDM;
- configurações de supervisão com OTDR para uso em redes WDM;
- identificação de fibras ópticas pelo método de Vickers; e
- determinação de fator de blindagem de diversas configurações existentes em linhas de telecomunicações.
- Projeto Redes de Próxima Geração

Pela amplitude de objetivos que as redes de próxima geração terão que cumprir e pela indefinição de vários de seus aspectos, se fazem necessários estudos acerca de diversos assuntos como: diferenciação de tráfego através de técnicas para prover qualidade de serviço; aspectos de roteamento para transportar as novas aplicações; planejamento e avaliação de desempenho; e análise das características do principal protocolo da rede de pacotes que permite o suporte às novas aplicações.

Principais resultados alcançados em 2002:

- metodologia de análise de QoS;
- especificação de testes dos protocolos SIP-T e MGCP;
- atualização da especificação do protocolo ISUP;
- especificação de testes funcionais de uma rede local sem fio (WLAN); e
- projeto "Sistemas Móveis"

O objetivo deste projeto é prover o CPqD de capacitação para avaliação do desempenho da rede e do serviço móvel de 2G, 2.5G e 3G, através da implantação de laboratórios, desenvolvimento de ferramentas de simulação de redes móveis e de equipamentos e sistemas para medição de parâmetros de redes em campo e em laboratório, e do estudo da viabilidade de implantação de novas redes de acesso com tecnologias emergentes.

Principais resultados alcançados em 2002:

- Especificação de testes de conformidade de terminais 2,5 G;
- Especificação de ensaios para terminais CDMA;
- Modelos e metodologias para dimensionamento, avaliação de desempenho, e otimização de redes celulares para suporte à introdução de serviços móveis na rede 2.5 G.
- Projeto Gerência de Redes

O projeto tem como objetivo desenvolver soluções (sistemas de *software*) que contribuam para a automatização dos processos de gerência de rede, com foco nas importantes macro-funções de gerência de falha e desempenho.

Principais resultados alcançados em 2002:

- sistema de Gerência de Desempenho para Telefonia Fixa;
- sistema de Gerência de Desempenho para Telefonia Celular;
- protótipo de sistema de medição de tempos de respostas de agentes SNMP.

Projeto Tecnologia de Serviços de Telecomunicações

Esse projeto abrange um processo de geração de conhecimento, de tecnologia e de novos produtos/serviços e tem os seguintes objetivos: identificação das necessidades, análise de viabilidade econômica e sociotécnica, elaboração dos requisitos para implementação do serviço e aplicações; desenvolvimento de tecnologias e plataformas que permitam a exploração dos serviços e aplicações identificadas no item anterior; desenvolvimento do novo serviço ou aplicação identificado no primeiro item, apoiado nas tecnologias e plataformas desenvolvidas no segundo item.

Neste projeto estão contemplados os seguintes temas e tecnologias: metodologias de planejamento e análise de serviços de telecomunicações; serviços de voz baseados em síntese de fala; telecomunicações de uso público; plataforma de ambiente para criação de serviços para redes de próxima geração - NGN; tecnologias de serviços aplicáveis ao ambiente de TV Digital Interativa; e serviços e aplicações para sistemas móveis.

Principais resultados alcançados em 2002:

- ferramentas de automatização de construção de dicionários de unidades acústicas para conversor texto-fala;
- evolução de algoritmos de pré-processamento de texto e conversor ortográfico-fonética para sistemas de síntese de fala;
- protótipo de sistema de acesso a notícias via telefone empregando o conversor texto-fala;
- software de síntese de fala incorporando melhoria das técnicas de processamento de texto e de conversão ortográfico-fonética;
- novas metodologias de análise de viabilidade de serviços de telecomunicações/ TI e de análise estratégica de investimentos em condições de incerteza e risco 2002-2;
- evolução de metodologia e algoritmos para avaliação de qualidade de vídeo e áudio digitais;
- sistemas de controle de acesso a serviços de valor agregado e de transferência segura de informações.

Projeto Inovação em Sistemas de Suporte a Operações de Telecomunicações

A proposta deste projeto é desenvolver produtos de *software* que implementem novas técnicas de gerência de força de trabalho, modelagem e operação de recursos de centrais telefônicas e criação de um sistema de gerência de recursos de redes de telecomunicações que suporte o provisionamento de serviços fim-a-fim. Ainda neste projeto serão desenvolvidas interfaces especiais para o acesso a informações através de equipamentos terminais de acesso de diversos tipos como, por exemplo: os terminais celulares sem fio, visualização gráfica de disposição e composição de equipamentos e seus componentes e interfaces com mediadores de ativação e inspeção de equipamentos de rede e centrais telefônicas.

Principais resultados alcançados em 2002:

- protótipo de *software* de gerência da planta de juntores, rotas e encaminhamento; e
- visualização gráfica da hierarquia existente entre as centrais telefônicas na *Web*.

Projeto Inovação em Sistemas de Faturamento

Um grande desafio das operadoras de telecomunicações é identificar e definir serviços que sejam atraentes aos clientes e pelos quais eles pagariam um valor extra para tê-los. Serviços de vários tipos estão sendo estudados: serviços de conteúdos, serviços baseados na localização do usuário no momento da conexão, propagandas interativas, serviços de vídeo e jogos etc. O modelo de cobrança de serviços de internet hoje é baseado em tarifa fixa mensal para um número ilimitado de acessos ou para uma determinada

banda passante. A coleta, identificação e tarifação de serviços de conteúdo tem sido uma das áreas mais focadas pelos fornecedores de *software* de Billing. O que está mudando é a maneira como o uso de um serviço é medido. Ao invés de se considerar basicamente a data/hora de prestação do serviço e o destino como ligação telefônica, tem-se agora que se identificar qual foi o evento ocorrido, seu tipo e natureza, volume de dados recebidos/transmitidos, duração da sessão, qualidade do serviço prestado frente ao requerido ou acordado por SLA (*Service Level Agreement*). Este projeto concentra-se na evolução do sistema de faturamento do CPqD - Promus, adotando uma arquitetura com base em componentes e ampliando suas funções para atender a estas mudanças no negócio de telecomunicações tornando-o flexível e competitivo de forma a aumentar sua participação no mercado nacional e internacional.

Principais resultados alcançados em 2002:

- prototipagem de técnicas e algoritmos de análise de dados de faturamento para fidelização de clientes;
- prototipagem de automatização de testes de sistemas de faturamento;
- análise de desempenho de sistemas de faturamento;
- protótipo de conversor genérico de dados de mediadores utilizando XML.

Projeto Inovação em Sistemas e Processos de Informação

O projeto visa três grandes temas na área de tecnologia da informação aplicada ao setor de telecomunicações: Modelo de Negócios de Telecomunicações, com o objetivo de elaborar um Modelo de Referência de Negócio de Telecomunicações, constituído de funções/processos, das informações necessárias a estes processos e da definição de cenários de prestação de serviços; Atendimento a Cliente suportado por Automação de Processos, com o objetivo de desenvolver uma nova solução de auto atendimento a cliente baseada em *Web (Self Customer Care)* e a adoção do conceito de Sistema Gerenciador de Processo de Negócio - SGWF; Processo de Descoberta do Conhecimento em Base de Dados para Soluções de Inteligência de Negócios em Telecomunicações, que dentre outros objetivos, visa desenvolver e construir um *Data Web Housing* para uma operadora de telecomunicações, bem como modelos de *mining* a partir das informações disponibilizadas no *Web Housing* da operadora, proporcionando conhecimento às diversas áreas de negócios da empresa.

Principais resultados alcançados em 2002:

- modelo de referência de negócios de telecomunicações – visão funcional completa e parte da visão de informação;
- identificação de ferramentas e metodologias de desenvolvimento de *software* para implementação dos modelos;
- modelo conceitual de *web-housing* e *web-mining*;
- protótipo, a nível de especificação, de sistema de atendimento a clientes para empresas de pequeno porte com suporte a serviços de voz, dados e vídeo.

Projeto Inovação em Sistemas de Informações Geográficas

Uma visão espacial com precisão geográfica do mapeamento urbano de elementos de redes e seus abrigos e das redes de acesso e de transporte é fundamental para o operacional de uma empresa de telecomunicações. Com esta base de informações, associada ao modelo de conectividade da rede e

aos serviços oferecidos é possível desenvolver sistemas que efetivamente auxiliam as empresas operadoras no provimento de serviços de qualidade com uma alta taxa de ocupação de sua rede. Este projeto investiga e desenvolve métodos e técnicas de gerência de redes com suporte de sistemas de informações geográficas com o objetivo de disponibilizar produtos de *software* para diversas áreas de uma empresa operadora dentre elas: o gerenciamento da planta de telefones públicos e sua conformidade com as metas estabelecidas por órgão regulador; a análise espacial de informações de rede e de negócios e correlações de bases de dados externas e levantamentos de campo; projeto de redes assistido por computador; distribuição de informações georeferenciadas na *web*; e provisionamento de facilidades de rede de acesso.

Principais resultados alcançados em 2002:

- *checklist* para avaliação de qualidade de software na *Web*;
- algoritmo de localização de equipamentos baseados em dados de mercado/demanda;
- algoritmos de caminamento em rede externa;
- geração de casos de testes baseados em meta-dados;
- projeto de redes suportado por mecanismos de transações longas;
- APIs de integração de sistemas de gerência de rede externa e sistemas de atendimento a clientes; e
- algoritmos de validação de inclusão em banco de dados de grandes massas de dados geográficos aplicados a cadastro de rede externa.

Projeto Gerência de Negócio de Interconexão

Este projeto visa propor soluções que auxiliem as áreas de planejamento, engenharia, operação, regulamentação, marketing, garantia de receita e interconexão das empresas operadoras de telecomunicações na gestão da negociação, comercialização e compartilhamento de recursos de interconexão. Estas soluções visam também a recuperação de receitas de interconexão através de uma solução integrada de *software* de apoio à tomada de decisões que automatize tarefas e integre informações dispersas pela empresa relativas a negócios de interconexão.

Como foi iniciado em dezembro de 2002, o projeto não produziu resultados em 2002.

Projeto Gerência de Recursos e Serviços para Redes Ópticas

O objetivo deste projeto é capacitar o CPqD para oferecer uma solução integrada para os sistemas envolvidos no suporte à operação, projeto, gerência e supervisão de redes ópticas, para que ele possa responder às exigências do mercado nos prazos definidos pela demanda. Neste projeto também estarão sendo implementadas funções que possibilitam o gerenciamento de redes prioritariamente ópticas e integradas a outras tecnologias de acesso (cabo metálico, coaxial e *wireless*), permitindo atingir o mercado internacional, seguindo uma tendência de integração de serviços de TV paga, telefonia fixa e serviços móveis. Esta solução integrada também será capacitada com soluções de gerência de redes nos aspectos de configuração, falhas e desempenho.

Como foi iniciado em dezembro de 2002, o projeto não produziu resultados 2002.

Ação Capacitação de recursos humanos em tecnologias e pesquisa aplicada às telecomunicações

- Projeto Treinamento em *Overview* em Telecomunicações para não-Especialistas
- Instituição executora: CPqD
- Resultados alcançados em 2002: propiciou aos participantes uma visão geral dos mais modernos sistemas de telecomunicações.

Ação Fomento a projetos de desenvolvimento de tecnologias de telecomunicações

- Os projetos contratados em dezembro de 2002 e as instituições que receberam recursos não reembolsáveis do Funttel, no total de R\$ 13.527.895,00 através da Finep são:

Projeto Engenharia de Redes e Serviços de Banda Larga

- Instituição executora: Cetuc-PUC/RJ

Trata-se de um projeto de pesquisa e desenvolvimento aplicado ao setor de telecomunicações voltadas para o planejamento de sistemas e de rede *wireless* de banda larga. Essas ferramentas são um conjunto de *softwares* que otimizam o planejamento de redes. Isto significa que dado a densidade demográfica, a rede atual, topografia, climatologia, especificações de serviços, número de usuários etc., o *software* permite definir a melhor estrutura de rede otimizada, ou seja, para antenas, estações repetidoras e estruturas periféricas de telecomunicações.

Projeto Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas de Transmissão para TV Digital

- Instituição executora: Inatel - Instituto Nacional de Telecomunicações
- Tem por objetivos: desenvolver inovação tecnológica para produção local de sistemas para transmissão de sinais de TV digital, no padrão a ser estabelecido para o Brasil e capacitar recursos humanos em telecomunicações, fomentando a geração de empregos, inclusive através da importação dos sistemas aqui desenvolvidos e produzidos.

Projeto Sistema de Reconhecimento Automático de Voz em Português e Espanhol

Instituição executora: Genius Instituto de Tecnologia

Tem por objetivo desenvolver um sistema de reconhecimento automático de voz para português brasileiro e espanhol latino-americano, embarcado em um circuito integrado do tipo FPGA e capaz de reconhecer 10 mil palavras com taxa de acerto de 95%.

Projeto Compatibilidade Eletromagnética em Equipamentos de Telecomunicações (adequação em relação à resolução Anatel - 237)

Instituição executora: Universidade Federal de Santa Catarina - Fapeu

O objetivo inicial deste projeto é pesquisar as causas e efeitos das interferências eletromagnéticas em equipamentos de telecomunicações. Em um segundo momento deve proporcionar a elaboração de uma metodologia de análise e resolução de problemas de compatibilidade eletromagnética,

necessárias à adequação dos equipamentos de telecomunicações à Resolução Anatel - 237 e outras resoluções que venham a ser editadas por outras agências ou organismos. Haverá também contribuição para formação de recursos humanos, possibilitando a formação de profissionais de alto nível. Ter-se-á também um laboratório que poderá prestar serviços especializados às empresas do parque industrial catarinense.

Projeto Rede Experimental de Alta Velocidade - GIGA

Instituição executora: Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento - CPqD

Tem como objetivo desenvolver tecnologias de redes e serviços de telecomunicações voltadas para o novo conceito de serviços e aplicações de banda larga suportadas pelo protocolo IP diretamente sobre uma rede ótica de múltiplos comprimentos de onda (DWDM). Este projeto deverá necessariamente envolver empresas brasileiras e instituições de pesquisa e desenvolvimento consorciadas, para capacitá-las em tecnologias competitivas, atingindo os objetivos de realizar pesquisa e desenvolvimento gerando protótipos de produtos e serviços, transformar tecnologias em valor para empresas brasileiras, validar os resultados, integrando as diferentes tecnologias em uma rede experimental, e testar novos serviços de internet para telecomunicações.

A gestão do projeto se dará através de uma coordenação executiva operada conjuntamente pelo CPqD e pela RNT responsável pelas diretrizes gerenciais e estratégicas do projeto e quatro coordenações temáticas, duas operadas pelo CPqD e duas operadas pela RNT, responsáveis pela condução dos experimentos.

Projeto Desenvolvimento de Software para Aplicação em Produtos de Informática e Automação

Instituição executora: Fundação de Ensino e Pesquisa da Engenharia em Santa Catarina

Tem como objetivo desenvolver soluções em *software* para aplicação em produtos de informática e automação, no segmento de telecomunicações e capacitação dos laboratórios de testes.

Ação Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia de Telecomunicações

Projeto Aceleração do Plano de Crescimento da Empresa

Instituição executora: Dígitro Tecnologia Ltda.

Objetivos: desenvolvimento de novas soluções/aplicações; consolidação da posição em segmentos onde já é líder; penetração em novos segmentos; internacionalização de sua atuação; aumento da relação com instituições de ensino, em especial a Universidade Federal de Santa Catarina.

Benefícios previstos pelo projeto:

- Impacto tecnológico: o projeto permitirá uma mudança na performance e versatilidade dos sistemas ofertados no mercado de telecomunicações;
- Impacto econômico: para usuários de telecomunicações, possibilidade de acesso a um número maior de serviços telefônicos com maior eficácia e rapidez; para as operadoras, possibilidade de incremento da receita, através da oferta de novos serviços e implementação de novas tecnologias mais econômicas e competitivas.

.....
O Programa foi instituído em 2001, pela Lei 10.297, e o que deu origem ao mesmo foi a necessidade de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Concepção

.....
O desempenho físico das ações ficou abaixo do previsto apenas quanto aos agentes financeiros Finep e BNDES. Quanto ao CPqD, correspondente à ação Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD, atingiu-se 100% da execução física.

Implementação

Entre as dificuldades para que a Fipep e o BNDES recebessem recursos orçamentários do Funttel, citamos a necessidade de várias regulamentações, aprovações dos projetos e procedimentos administrativos, a exemplo da criação de uma unidade gestora na Finep, as quais demandaram mais tempo que o previsto.

Os recursos para a Fundação CPqD foram transferidos normalmente. O restante somente foi transferido para a Finep em dezembro de 2002. Não houve transferência de recursos para o BNDES.

É importante ressaltar que a resolução nº 11 de 27.03.2002 estabeleceu a destinação de 5% dos recursos arrecadados anualmente pelo Funttel, da seguinte forma: 2 % para o Ministério das Comunicações, e 3 % distribuídos paritariamente aos Agentes Financeiros BNDES e Finep. Esses recursos estavam previstos para a efetivação das despesas operacionais de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas, avaliação de operações e divulgação de resultados, necessários à implantação e manutenção das atividades do Funttel.

No entanto, o Conselho Gestor do Funttel não vem utilizando esses recursos, que poderiam ser aplicados na implantação de uma infra-estrutura mais condizente com as necessidades.

Outra questão que dificultou a necessária troca de informações e o aproveitamento mais racional dos recursos existentes foi o fato de os recursos humanos envolvidos com o Programa estarem dispersos em diversos setores administrativos do Ministério.

Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

O Programa tem como objetivo garantir a qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações.

Um dos principais objetivos do processo de privatização da prestação dos serviços de telecomunicações no Brasil, foi a melhoria de sua qualidade. Em um regime de competição, com mais de uma empresa oferecendo os mesmos serviços, a elevação dos níveis de qualidade seria uma conquista natural e automática. Além disso, com empresas de capital privado operando os serviços de telecomunicações, haveria mais recursos financeiros e humanos para o alcance dos objetivos pretendidos. Todavia, em um ambiente privatizado é necessária uma fiscalização eficiente exercida por uma agência fiscalizadora, que também teria o papel de regulamentar e outorgar licenças para prestação dos serviços. Para esse fim foi criada a Anatel com uma estrutura fiscalizadora, objetivando sempre a busca de uma melhor qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas autorizadas ou concessionárias.

A Anatel firmou, então, protocolos de compromissos, estabelecendo quinze metas de qualidade a serem alcançadas pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, com aferições mensais e previsão de penalidades para o caso de não cumprimento das mesmas. No ano de 2001, no consolidado de todo o País, das 180 aferições durante o ano, apenas oito não foram cumpridas pelas prestadoras de serviços, resultando em um desempenho superior a 95%. No ano de 2002 o desempenho foi superior a 96%.

Resultados

O indicador do Programa, Eficiência da Fiscalização, foi instituído em 2002 e apresentou o seguinte desempenho:

1º trimestre: previsto 11% - realizado 15,21%

2º trimestre: previsto 32% - realizado 16,26%

3º trimestre: previsto 12% - realizado 15,46%

Objetivando um controle mais efetivo dos serviços prestados pelas empresas outorgadas, a Anatel está descentralizando sua estrutura administrativa e fiscalizatória, por meio da criação e instalação de 11 Escritórios Regionais. Foram instalados 5 Escritórios Regionais, 2 dos quais em 2002.

Visando dotar a Anatel de uma estrutura técnica adequada para o exercício de uma eficiente fiscalização, foram instaladas dezenove estações remotas de radiomonitoragem, que fazem parte do Sistema de Gestão de Monitoragem do Espectro - SGME, cuja finalidade é a fiscalização dos serviços que utilizam o espectro radioelétrico, que permitirá o recebimento e processamento de informações de áudio, sob demanda. O sistema completo terá 56 estações remotas de radiomonitoragem.

Para completar a infra-estrutura técnica de fiscalização, foram instalados, em 2002, 25 postos de radiovideometria, que fazem parte de uma Rede Nacional de Radiovideometria - RNR, que funcionará de forma integrada com o SGME. O sistema completo será constituído de uma estação fixa - a plataforma primária - que fará a coleta de informações nas 27 capitais brasileiras, supervisionada pelo Centro Nacional de Radiovideometria

Gerente:

Marcos da Rocha Lima

- CNR estrategicamente instalado na sede da Anatel em Brasília, e de 27 estações móveis, operando via satélite, para missões no interior do País. Além disso, a RNR estará integrada ao Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro - SGME, descrito acima.

A partir de 1º de junho de 2001, a Anatel estabeleceu um novo modelo de certificação e homologação de produtos para telecomunicações, proporcionando ao usuário as informações necessárias para que tenha certeza de que está adquirindo produtos com qualidade e que atendam as normas técnicas. Dentro dos novos critérios foram certificados/homologados 2.426 produtos, 684 dos quais em 2002, perfazendo um total de 4.231 certificações/homologações efetuadas. Prevê-se até o final do PPA 7.046 certificações/homologações.

Visando a melhoria da qualidade dos serviços, a Anatel tem intensificado a fiscalização nas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, cobrando sempre o atingimento das metas de qualidades estabelecidas nos protocolos de compromissos. No decorrer de 2002, foram realizadas 309.102 ações de fiscalização.

Com o entendimento de que num ambiente totalmente privatizado a fiscalização constitui atividade essencial para a melhoria da qualidade, a Anatel tem buscado, desde a sua criação, reforçar e modernizar sua estrutura de fiscalização. Dessa forma o objetivo do Programa está adequado à realidade.

Concepção

O único indicador do Programa, vigente em 2000 e 2001, Grau de Satisfação do Usuário dos Serviços de Telecomunicações, pelo fato de já estar contemplado nos programas do Ministério que tratam de serviços específicos, foi excluído e substituído pelo indicador Eficiência de Fiscalização, vigente em 2002.

Durante a vigência do PPA 2000-2003 houve as seguintes alterações referentes a ações:

aglutinação das ações Certificação de Produtos de Comunicação e Homologação de Produtos de Comunicações; e

migração das ações Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações, Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD, Promoção do Acesso de Pequenas e Médias Empresas a Recursos de Capital e Promoção do Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações, para o Programa **Inovação Tecnológica em Telecomunicações**, com alterações de denominações.

A divergência entre o realizado e o planejado na ação Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização das Telecomunicações (foram instaladas cinco estações das 25 estações previstas) foi ocasionada, principalmente, pelo atraso na fabricação e entrega de equipamentos importados do SGME, agravado por retardamento nos desembarços alfandegários.

Implementação

O Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro - SGME, será composto por um centro nacional instalado em Brasília, 27 centros regionais localizados nas sedes dos escritórios da Anatel nos estados, 28 unidades móveis de radiomonitoragem - UMR e 56 estações remotas de monitoragem - ERM. Este Sistema ampliará, consideravelmente, a capacidade de vigilância e de controle da Anatel, por permitir a fiscalização do espectro radioelétrico em todo o território brasileiro, por intermédio de serviço de rastreamento que ampliará, dinamizará e modernizará a capacidade de registrar, de localizar e de analisar as emissões

radioelétricas. Em dezembro de 2002, encontravam-se instalados o centro nacional, seis centros regionais (cinco dos quais instalados em 2002 conforme citado), as 28 unidades móveis - uma em cada unidade da federação e duas no Estado de São Paulo - e 21 estações remotas.

Desta forma, a Anatel ainda não pôde contar plenamente com os equipamentos de Gestão e Monitoramento do Espectro e de Radiovideometria, que permitirão o aumento da efetividade da atividade de fiscalização.

É necessária uma revisão da política de recursos humanos. O ministério está um longo período sem repor seu quadro permanente o que têm causado um déficit de pessoal nas áreas gerenciais, e de elaboração e acompanhamento de políticas públicas.

Para que sejam fortalecidos os papéis reguladores e fiscalizadores da Anatel, serão necessárias mudanças que deverão contemplar a revisão do quadro de pessoal da agência, respeitados os princípios legais e constitucionais vigentes, e de suas atribuições perante o setor de telecomunicações.

No âmbito do Ministério das Comunicações, já sob o novo Governo, em 2003, está sendo proposta a criação de uma Secretaria de Telecomunicações que será encarregada da formulação de políticas públicas sob este setor e seu acompanhamento. Essa secretaria terá em suas atribuições, entre outras funções, a de administrar as ações do Programa **Qualidade dos Serviços de Telecomunicações**.

Serviços de Comunicação de Massa

O Programa tem como objetivo garantir a prestação dos serviços de comunicação de massa com qualidade e preços acessíveis. **Resultados**

A ação Serviço de TV por Assinatura produziu 32.600 assinantes atendidos.

O resultado, bem abaixo do esperado que era de 2 milhões de assinantes, deveu-se aos seguintes fatores: tempo muito extenso para regulamentação do serviço e operacionalização pelo mercado, após a aprovação da consulta pública; e o grau de penetração do serviço, que foi atingido nas classes de renda mais elevadas, consumidores naturais do serviço, mas ainda encontra-se com pouca penetração nas classes de renda mais baixa, devido ao perfil de distribuição de renda brasileiro.

Estima-se, portanto, que o índice final previsto para o PPA 2003, de 7,3 milhões de assinaturas, não será atingido.

Quanto ao indicador Grau de Satisfação do Cliente, a pesquisa, de responsabilidade da Anatel, embora já iniciada, não foi concluída até o final de 2002.

A origem do Programa está na identificação da dificuldade de se expandir o serviço à população em geral. **Concepção**

Os valores finais do Programa devem ser revistos, quanto às metas em todas as ações, tendo em vista a incompatibilidade entre o custo do serviço e o poder aquisitivo de certas faixas de consumo, bem como a situação econômica mundial de desaquecimento do mercado.

Um dos obstáculos encontrados para a expansão do serviço foi que a Anatel suspendeu o início de novos processos licitatórios, em cumprimento à Decisão 230, de 2001, do Tribunal de Contas da União, de 25 de abril de 2001, até que seja concluída a nova metodologia de cálculo do preço mínimo para a obtenção das outorgas dos Serviços de TV por Assinatura. **Implementação**

Outro problema encontrado na implementação do Programa é a dificuldade de se implantar cabeamento em todos os municípios, tornando alto o custo de instalação.

Os recursos foram compatíveis com o fluxo do programa e adequados para a implementação do mesmo.

Gerente:
Hamilton de Magalhães Mesquita

Serviços de Radiodifusão

Resultados O Programa tem por objetivo promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão, provendo os municípios ainda não atendidos pelo serviço.

Até o final de 2002, alcançou-se o percentual de 49,2% dos municípios brasileiros com disponibilidade de pelo menos um dos serviços de radiodifusão, quais sejam: frequência modulada, onda média, rádio comunitária ou televisão. O índice alcançado superou a expectativa, considerando que para o final do Programa o percentual estimado é de 50% dos municípios brasileiros com serviço de radiodifusão. Espera-se alcançar este percentual no exercício de 2003, ultrapassando o equivalente a 50% dos municípios brasileiros com serviço de radiodifusão.

Foram concedidas 1.209 outorgas de serviços, correspondente a 186% da meta física de 650 outorgas.

Com os novos serviços liberados pelo Ministério das Comunicações será atendida uma população de aproximadamente 120 milhões de habitantes, correspondente a 70% da população brasileira. Portanto, trata-se de um impacto positivo sobre o público-alvo, que terá à sua disposição novos sinais do serviço de radiodifusão, criando novas competições entre as empresas exploradoras do serviço em benefício da sociedade, principalmente quanto a informação, entretenimento, cultura e costumes locais, bem como uma maior integração da comunidade das vilas, bairros e cidades com a instalação das estações de rádio comunitária.

Outros benefícios são: o desenvolvimento e a divulgação do comércio e da indústria local pelo sistema de radiodifusão; o desenvolvimento da indústria de equipamentos do setor; criação de aproximadamente 30 mil novos empregos nas localidades de outorga do serviço; e um investimento aproximado de R\$ 330 milhões.

Foram arrecadados, aproximadamente, o equivalente a R\$ 200 milhões, sendo liberadas aproximadamente 2.560 novas outorgas entre os serviços de radiodifusão de onda média, frequência modulada, televisão e rádio comunitária.

Concepção O Ministério das Comunicações estruturou o setor com a democratização do acesso dos interessados em executar o serviço de radiodifusão, objetivando maior competição entre as empresas participantes do processo licitatório, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para o Estado e a sociedade.

As atividades foram concentradas na liberação do serviço de radiodifusão para localidades ainda não servidas pelo serviço, para os estados limítrofes, para incrementar a competição entre as empresas nos grandes centros. Procurou-se, ainda, atender a demanda existente em todo o território nacional considerando as inúmeras solicitações para abertura de edital, em face do grande interesse da classe empresarial.

O ministério tem pautado seus estudos técnicos nas diversas solicitações de empresas, no sentido de melhorar e adequar o acesso aos serviços de radiodifusão. Para tanto, elaborou minuta de lei visando a modernização dos serviços, o qual foi colocado em consulta pública, recebendo aproximadamente 1.200 contribuições, as quais estão sendo analisadas pela equipe técnica do ministério. Com a aprovação da lei, esta procura atender à realidade da população, visando principalmente: implementar a política nacional do serviço; melhorar a qualidade dos serviços; programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas; programas regionais; programação de dramaturgia brasileira, entre outros.

Gerente:

Alexandre Antônio de Souza

Implementação

Os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa foram a estrutura criada pelo Ministério das Comunicações para atender a demanda da sociedade empresarial em executar o serviço, bem como a regulamentação implementada no sentido de garantir maior participação dos interessados, garantindo os princípios básicos da legalidade, da moralidade e da igualdade. Dos valores previstos para 2002, de R\$ 1.172.100,00 para outorga e de R\$ 580 mil para regulamentação, foram realizados R\$ 242.105,00 para outorga, ou seja, 20,7%. Os recursos foram suficientes para o atendimento das metas físicas de 2002 onde alcançamos 1.209 outorgas (correspondente à 186% do previsto) e, ainda, três regulamentações do serviço de radiodifusão. O fluxo de recursos atendeu plenamente à execução do Programa. Embora não haja mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa, qualquer minuta de projeto de lei e/ou decreto visando a regulamentação do serviço de radiodifusão, é submetido à consulta pública.

Os recursos materiais e de infra-estrutura utilizados no exercício de 2002 têm sido adequados para a realização do Programa, no entanto, ressalta-se a necessidade de atualizar os recursos de informática.

Serviços Postais

O Programa tem como objetivo universalizar o acesso aos serviços postais para atender a todos os segmentos da sociedade, buscando alcançar níveis de excelência na sua qualidade.

O Brasil, por suas dimensões continentais e uma infinidade de características marcantes, como: clima, tradição, cultura e hábitos da população ou pelo desenvolvimento dos setores produtivos, nitidamente mais acentuado em algumas regiões, apresenta disparidades que somente ações abrangentes e contínuas na esfera da administração pública podem equacionar.

Grandes centros urbanos, com amplo acesso às tecnologias mais recentes para o setor das comunicações, que permite ao cidadão comum e às empresas se manterem atualizadas, permanentemente, com o que acontece no mundo, destoam visivelmente de localidades que dependem dos serviços postais para se comunicarem, seja para o contato pessoal, seja para os negócios.

O estabelecimento das metas de expansão dos serviços postais, considerou a população residente nas cidades e vilas. Independentemente dessas metas, foram disponibilizados serviços também em alguns povoados, núcleos, lugarejos, aldeias indígenas e extensões urbanas. Parcela da população que não reside em cidades e vilas devidamente caracterizadas, ou seja, aquela distribuída pela área rural dos municípios, ainda não está atendida.

Assim, cálculos realizados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 1999, com base no censo IBGE de 1996, apresentavam a demanda a ser atendida. Os índices para a cobertura, à época, eram de 77,6% da população quanto à disponibilidade dos serviços postais, e de 67,5% da população quanto à distribuição externa.

Não obstante o esforço empreendido pelos Correios, é necessário que se definam e estabeleçam metas a serem cumpridas pela mesma, objetivando a erradicação das assimetrias hoje existentes, como a exclusão postal de aproximadamente 35 milhões de cidadãos que não contam com o serviço de atendimento para a postagem de seus objetos e outros, cerca de 50 milhões, sem a distribuição de correspondência em seus domicílios, considerando-se os dados censitários de 1996.

Medidas no sentido de estabelecer um plano geral de metas de universalização vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Ministério das Comunicações e também dos Correios. Contudo, a obtenção de suporte legal e a viabilização de outros recursos, inclusive financeiros, dependem de projetos voltados ao estabelecimento de um novo modelo regulamentar e institucional para o setor postal, em que seja garantida a disponibilidade dos serviços de correios à população, bem como a modernização organizacional e comercial dos Correios.

Resultados

O indicador Taxa de Localidades com Atendimento Postal cujo índice que ao início do PPA era de 81%, atingiu a marca de 90,95 % em 2002. Considerando que a meta é chegar aos 100% de localidades atendidas (cidades e vilas), bem como a performance obtida no período, esse resultado aponta para um índice aproximado de 95%, ao final do PPA 2000-2003.

Gerente:

Carlos Luiz Dias da Silva

O indicador Taxa de Entrega Dentro do Prazo de Cartas Simples nas Capitais, que reflete basicamente a questão da qualidade dos serviços de distribuição dos objetos postais, com seu índice inicial de 94,8%, obteve em 2002 o índice de 93,5%.

O indicador Taxa de Localidades com Distribuição Postal, referente às cidades e vilas com população igual ou superior a quinhentos habitantes, que no início do PPA era de 78%, atingiu o índice de 85% (previsto como meta final do PPA).

Outros resultados ao final de 2002 são:

- instalação de 4.571 Agências de Correios Comunitária, equivalente a 86% de uma meta fixada em 5.299 para 2002; estas unidades são destinadas a viabilizar a prestação de serviços postais básicos em localidades com população superior a quinhentos habitantes, bem como em áreas urbanas onde predomine o interesse social e a exploração de serviços postais não se mostre economicamente viável para os Correios, levando o atendimento postal a um maior número de cidadãos;
- instalação de 460 mil Caixas Postais Comunitárias, tendo como alvo a ampliação da distribuição de objetos postais, beneficiando a mais de 4 milhões de pessoas;
- implantação de 2.500 agências do Banco Postal;

Por meio do Projeto de Universalização de Serviços de Atendimento, que basicamente procura proporcionar o acesso aos serviços postais a toda população brasileira, atingiu-se os seguintes resultados:

- prestação de serviços postais básicos a todas as localidades caracterizadas pelo IBGE, em nível mínimo de distrito, com população igual ou superior a quinhentos habitantes, tendo como meta atingir, no mínimo, a 1.700 localidades até 31 de dezembro de 2002. Resultado obtido até final de 2002: 100% das cidades e 57,32% dos distritos;
- quanto à meta de propiciar acesso a todo cidadão, nas cidades com mais de cem mil habitantes, aos serviços oferecidos por meio de pré-selados e ao envio de objetos postais sem registro, dentro de um raio de 2 km, até 31 de dezembro de 2009, o resultado obtido até o final de 2002 foi de 100%; e
- quanto à meta de substituir todas as Agências de Correios Satélites - ACS e Postos de Correios - PC por Agências de Correios Comunitária - AGC, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria de Serviços Postais do MC nº 1/2000, até 31 de dezembro de 2002, o resultado obtido até o final de 2002 foi de 72,58%.

Em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo - FIA/USP, em 2002, constatou-se que os Correios são a segunda instituição do País a desfrutar de maior confiança dos brasileiros, recebendo 93% de aprovação, perdendo somente para a instituição "família". De acordo com 6.656 entrevistados, a média ponderada para a distribuição domiciliária, que inclui os tópicos: sigilo, tratamento, preservação dos objetos, horários, entregas no endereço correto, prazos, conhecimento do serviço, fornecimento de informações, apresentação e identificação do carteiro, foi de 8,5 numa escala de 0 a 10. As 2.730 empresas que mantêm contrato com os Correios atribuíram nota 8,1 para o grau de satisfação, com destaque para regularidade dos serviços de coleta e confiabilidade na entrega.

Alguns dos principais resultados esperados para 2003 são:

- postagem de 10 bilhões de objetos;
- atingimento de 18 mil remessas, num total de R\$ 36 milhões, no serviço Exporta Fácil Brasil - Correios;
- alcance da marca de 5.300 unidades implantadas em todo o País, do Banco Postal;

- implantação, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de mais de 4 mil terminais de acesso público à internet, em toda a sua rede própria de agências, disponibilizando serviços como videoconferência, impressão, digitalização de documentos e acesso a *e-mail*, contribuindo para o esforço de inclusão digital da população; e
- disponibilização de mais de 1 milhão de endereços eletrônicos aos cidadãos brasileiros, mediante o serviço de endereço eletrônico permanente, permitindo o envio/recebimento de mensagens, arquivos, utilização de agenda e calendário, através de qualquer equipamento conectado à internet.

Concepção A melhor caracterização do público-alvo, o dimensionamento desse público-alvo e a regionalização são pontos fundamentais para a mensuração adequada do problema e para o alcance do objetivo do Programa, qual seja, a universalização dos serviços postais.

Visando maior participação do público-alvo no aperfeiçoamento do Programa, deverá haver constante aprimoramento das ferramentas de consulta ao cidadão, quanto às necessidades de instalação, ampliação e de melhoria dos serviços prestados, por meio de pesquisas de opinião e de aferição da qualidade, utilizando-se para tanto dos mais variados recursos de captação disponíveis nos Correios.

Todas as ações que compõem o Programa de **Serviços Postais** são fundamentais para a consecução do seu objetivo, não obstante, as que têm contribuído mais efetivamente para o processo de inclusão social no âmbito do Setor Postal, por possuírem a característica de fornecerem resultados mais imediatos, são a Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento e a Ampliação da Infra-estrutura dos Serviços Financeiros Postais, para as quais os Correios adotaram a estratégia de celebrar parcerias com o setor privado.

Implementação Embora ocorrências normalmente verificadas em procedimentos de contratações e de convênios tenham provocado situações de atraso na realização de algumas metas físicas, a execução das metas físicas, em média, ficou dentro do programado para o exercício.

O investimento dos correios em 2002, no Programa de **Serviços Postais**, foi de R\$ 534,4 milhões.

Embora a faixa de variação dos percentuais da execução orçamentária, por ação do Programa, seja bastante ampla (de 38% a 100%), a taxa da realização geral do Programa, em 2002, foi de 93%. A proposta orçamentária da ECT para o próximo exercício de 2003 prevê investimentos da ordem de R\$ 694,4 milhões para o Programa de **Serviços Postais**, acarretando um significativo acréscimo sobre o valor atual previsto para o PPA 2000/2003 (hoje, R\$ 1,291 bilhões), passando a representar um investimento total de R\$ 1,9 bilhões no referido Programa.

Para a prestação dos serviços postais básicos em pequenas localidades, os Correios, dentro de um processo de parceria, tem firmado convênio com as prefeituras municipais para a agilização e viabilização, com menores custos financeiros para a Empresa, dos meios de atendimento ao cidadão. Em algumas situações essa parceria fica prejudicada, tendo em vista a impossibilidade momentânea que essas administrações têm para firmarem os respectivos convênios, em razão da indisponibilidade da documentação pertinente, exigida pela legislação, por exemplo, a falta da Certidão Negativa de Débitos do INSS - CND.

Quanto à participação da sociedade no Programa, há diversos canais disponíveis, tais como: o Núcleo de Relacionamento com o Usuário - NRU, da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações; o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal dos Correios; o correio eletrônico na *web*: www.correios.com.br (Fale Conosco); o Centro de Atendimento ao Usuário - CAU, implantado em 2002, com ligação gratuita; e o atendimento da área comercial da Empresa em sua diversas diretorias regionais instaladas em quase todas as unidades da Federação.

No nível de execução, que ocorre no âmbito dos Correios, os recursos materiais têm atendido as necessidades de implementação dos projetos vinculados às ações do Programa de **Serviços Postais**. Não obstante, em razão de reduções na dotação orçamentária, verificam-se carências desses recursos materiais na estrutura administrativa do Ministério das Comunicações. Essa carência decorre da redução gradual de funcionários nos últimos anos e tem provocado reflexos na qualidade dos serviços públicos, tanto no aspecto atendimento, quanto nas condições ideais de execução administrativa interna do Ministério das Comunicações. Desta forma, a readequação de seu efetivo é aspecto fundamental para a normalização de atividades, como é o caso da gestão dos programas do PPA.

Os relatórios de avaliação do Programa, atualmente elaborados, estão mais voltados para uma análise quantitativa das ações implementadas em cada projeto e atividade que compõem o Programa, no âmbito dos Correios. Alterações nessa forma de apresentação estão sendo desenvolvidas e as negociações com a ECT se encontram em processo adiantado, no sentido de modificar a forma de avaliação das ações e de seus resultados, passando-se a dar maior ênfase aos aspectos qualitativos e os benefícios proporcionados ao público-alvo.

A implantação da prestação os serviços financeiros básicos na rede de atendimento dos Correios, denominada de Banco Postal, foi viabilizada e agilizada, também mediante o critério de parceria, sendo que no processo de licitação foi vencedora uma instituição bancária privada.

Serviços Privados de Telecomunicações

O Programa tem como objetivo garantir a disponibilidade dos serviços privados de telecomunicações em regime de livre concorrência.

Por meio de sua principal ação, Serviço Móvel Celular, o Programa vem mantendo um impacto bastante positivo junto ao público-alvo. Após meses de crescimento acelerado, as operadoras atenderam à demanda reprimida de grande parte das classes sociais A e B e parte da C e D. A entrada de novas operadoras serviu para revigorar a dinâmica do setor. A partir de agosto de 2002 houve um reaquecimento no ritmo de crescimento nas vendas de celulares com a introdução da nova tecnologia *Global System for Mobile Communications-GSM*, utilizando o Serviço Móvel Pessoal - SMP.

Objetivando dar maior opção para satisfazer as necessidades das diversas camadas sociais da população, a expansão da telefonia móvel tem se verificado, basicamente nos serviços pré-pagos, representando 72% da rede. Em termos globais, o número de celulares já equivale a 71% do total de telefones fixos disponíveis no País.

A telefonia móvel iniciou o período do atual PPA em ritmo acelerado de implantação. Houve acréscimo de 8,2 milhões de acessos (linhas) em 2000, ano em que o PPA previa aportes de R\$ 4,2 bilhões da iniciativa privada ao respectivo Programa. Essa trajetória prosseguiu em 2001 quando ocorreram 5,5 milhões de novos acessos, com previsão de R\$ 5,5 bilhões de recursos privados. Finalmente, em 2002, o número de novos acessos foi de 6,2 milhões, com previsão de aportes do setor privado no valor de R\$ 6,4 milhões.

Em novembro de 2002, a Anatel vendeu, por R\$ 920,6 milhões, licenças das Bandas D e E do Serviço Móvel Pessoal, contribuindo para colocar à disposição da população 6,2 milhões de acessos a celulares em 2002. Não foi atingida a meta prevista, no PPA para 2002, de 8,3 milhões de acessos devido à demora na venda das referidas “bandas”, que somente ocorreu após algumas tentativas frustradas, principalmente por falta de interessados. A partir de junho de 2002, entraram em operação duas empresas utilizando tecnologia GSM, o que incentivou o aumento das vendas e contribuiu para o atingimento de 75% dos resultados esperados.

Em termos acumulados a quantidade de acessos móveis no País passou de 15 milhões no início do PPA (2000) para 23,2 milhões ao final desse 1º ano, alcançando 28,7 milhões em 2001, e finalmente 34,9 milhões em 2002, atingindo a 7ª posição mundial.

Com a continuidade do processo de implantação do serviço móvel pessoal, por intermédio da prevista migração das atuais operadoras do serviço móvel celular para o serviço móvel pessoal, espera-se para 2003 um acréscimo de 10 milhões de acessos, o que resultará no atingimento das metas inicialmente estabelecidas de 45 milhões de acessos. Por suas características, o SMP deverá impactar positivamente a comunicação móvel.

Gerente:

Luiz Gladstone de Castro Almendra

Resultados

Dentre os diversos indicadores constantes deste Programa, o mais representativo tanto do ponto de vista financeiro quanto para a sociedade é a Densidade dos Serviços Móvel Celular e Móvel Pessoal, que se traduz pela relação percentual entre a quantidade de acessos ao serviço celular e a população brasileira. Este índice evoluiu de 9,1 acessos por 100 habitantes, quando do início do PPA, para 14 acessos por 100 habitantes ao final do ano 2000, significando um acréscimo de 53%. Em 2001, este índice cresceu 22,1%, atingindo a 17,1 acessos. Em 2002, o indicador passou de 17,1 para 20,3 por 100 habitantes, representando 92,7% do previsto para o final do PPA. O não-atingimento da meta prevista para 2002, de 21,9 acessos por 100 habitantes, deve-se ao atraso das vendas de licenças das bandas D e E, o que aconteceu somente em novembro daquele ano.

A telefonia móvel iniciou o período em análise em ritmo acelerado de implantação. Em 2000 houve acréscimo de 8,2 milhões de acessos, ano em que o PPA previa aportes de R\$ 4,2 bilhões da iniciativa privada ao respectivo Programa. Essa trajetória prosseguiu em 2001, quando ocorreram 5,5 milhões de novos acessos, com previsão de R\$ 5,5 bilhões de recursos privados. Finalmente, em 2002, o número de novos acessos, aferido na ação Serviço de Telefonia Móvel, foi de 6,1 milhões, com previsão de aportes do setor privado no valor de R\$ 6,36 bilhões.

Outro resultado relevante do Programa foi a concessão de 1.324 outorgas de serviços, o que representou 472,9% da meta prevista de 280 outorgas.

Ainda se pode registrar outros resultados gerados pelo Programa: o desenvolvimento da indústria de fabricação de aparelhos celulares, com o conseqüente aumento de postos de trabalho, a expansão das operadoras, os investimentos no setor, com o conseqüente efeito multiplicador e a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Concepção

A criação desse Programa teve origem quando o Governo procedeu, ao final da década passada, uma profunda reorganização do sistema de telecomunicações do País. Dando início à desestatização, o Governo privatizou a banda A e B da telefonia celular, promovendo a concorrência entre as empresas concessionárias, permitindo ao usuário escolher a empresa de sua conveniência.

A Anatel passou a desempenhar o papel de órgão regulador das telecomunicações no País e, ao mesmo tempo, fiscalizar e controlar as atividades destas empresas. Dentro deste contexto de repercussão direta do serviço na qualidade de vida da sociedade, com prestação de um serviço de alta qualidade e eficiência, o Ministério propôs a inclusão no Plano Plurianual, do Programa **Serviços Privados de Telecomunicações**, com o objetivo de atender à demanda da sociedade pelos serviços móveis em regime de livre concorrência.

A proposta efetuada na revisão 2002 do PPA, de exclusão, por serem pouco representativos, dos indicadores Densidade do Serviço Móvel Especializado, Coeficiente de Estações de Telecomunicações do Serviço Limitado Privado e Coeficiente de Estações de Radiocidadão e Radioamador, foi contemplada no PPA vigente aprovado pelo Decreto nº 4.322, de 5 de agosto de 2002.

Implementação

A ação Serviço de Telefonia Móvel é executada pela iniciativa privada tendo sido previstos investimentos da ordem de R\$ 6,36 bilhões para 2002. Entretanto, devido à autonomia das empresas concessionárias, a Anatel teve dificuldade em informar o volume de investimentos alocados pelas operadoras.

As tentativas frustradas nas licitações das Bandas C, D e E por falta de interessados e o conseqüente atraso nas vendas das Bandas D e E interferiram no desempenho daquela ação, tendo o reaquecimento nas vendas de acessos celulares ocorridas somente a partir de outubro, prejudicando o cumprimento da meta prevista.

Quanto ao fator recursos humanos, tem-se que:

- em 1997, o Ministério das Comunicações sofreu decréscimo de 634,80 para 454,39 DAS's unitários nos custos dos cargos comissionados e funções de confiança, afetando completamente a capacidade de formulação de políticas nacionais de telecomunicações e implementação das mesmas;
- a extinção de 26 delegacias regionais reduziu ainda mais as condições operacionais do ministério;
- a Anatel está operando com quadro temporário que não conta com qualidade nem quantidade de força de trabalho para a formação de quadro permanente de pessoal necessário ao cumprimento de suas atribuições de fiscalização e regulamentação.

A superação destes entraves somente será possível através da realização de concursos públicos.

Telefonia Fixa

Resultados

O Programa tem como objetivo garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes.

Tendo atendido 99% dos lares da classe A e quase o mesmo percentual das classes B e C, o setor de telefonia fixa iniciou o ano de 2002 com dificuldade em atender a meta prevista de 4,64 milhões de telefones fixos, esbarrando em uma demanda limitada pela baixa renda da população, especialmente fora dos grandes centros urbanos. Sem condições de pagar a habilitação das linhas e a conta mensal, a população mais pobre desiste de ter telefone em casa, o que resultou no atendimento de 1,45 milhão, correspondendo a 31% da previsão para 2002.

Até o final de 2002, encontravam-se ociosos 10,4 milhões de acessos, ou seja, terminais implantados nas redes das operadoras mas sem demanda da sociedade para instalação. Estes, somados aos 38,8 milhões em funcionamento, atingem 49,2 milhões de acessos fixos, ultrapassando a meta de 45,1 milhões de acessos prevista para aquele ano. A taxa de ociosidade representa 21,1% do total instalado.

Para 2003, estão sendo ventiladas várias alternativas de modo a flexibilizar as regras para atendimento do público de baixa renda, como a adoção de tarifas progressivas e trocar o indexador de reajuste das tarifas e preços do serviço telefônico do atual Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, da FGV, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE.

Com o modelo brasileiro de telecomunicações em processo de revisão, em 2003 encerrar-se-á o impedimento pela lei de que haja transferência de controle entre empresas. As concessionárias de telefonia fixa atingirão um momento estratégico até julho, quando deverão estar definidos os contratos que vão estabelecer os novos parâmetros para a prestação dos serviços pelos próximos vinte anos. Essa prorrogação dos contratos versará sobre universalização, qualidade, estrutura tarifária e preservação do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, mas poderá incluir outras condicionantes, inclusive aquelas relativas ao desenvolvimento tecnológico e controle nacional do sistema de telecomunicações. Preocupa que a revisão conduza à consolidação do atual estágio de oligopólio de mercado. Por outro lado pode vir a ser uma oportunidade para se corrigir os graves equívocos decorrentes da fragmentação da antiga Telebrás.

O principal indicador deste Programa, Densidade do Serviço de Telefonia Fixa, representado pela relação percentual entre o número de telefones fixos individuais e a quantidade de habitantes, manteve-se praticamente estável em 2002, passando de 28,2 acessos por 100 habitantes para 28,7 acessos. Contudo, já atingiu a meta prevista para o final do PPA, que é de 28,5 telefones fixos por cem habitantes.

Outro importante indicador, é "Densidade do Serviço de Telefonia de Uso Público", medido pelo número de telefones de uso público por 1.000 habitantes. O índice permaneceu em 8 telefones por 1.000 habitantes, praticamente inalterado durante o exercício de 2002. A meta prevista para o final do PPA, em 2002, é de 8,2 telefones para 1.000 habitantes

Em 2002, foram iniciadas pesquisas para aferir o grau de satisfação dos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular. Este trabalho está sendo executado pelo consórcio formado pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo - FIA/USP, pela própria USP e pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS. O resultado da pesquisa terá divulgação ampla e a metodologia utilizada para o levantamento de dados não será propriedade nem da Anatel nem

Gerente:

Luiz Gladstone de Castro Almendra

do consórcio. Resultados e metodologia adotados ficarão à disposição das prestadoras de serviços de telecomunicações. Os resultados destas pesquisas deverão apontar os desejos da sociedade sobre os serviços de telecomunicações adequados à sua realidade socioeconômica que, em nome deles, a Anatel deverá garantir a sua satisfação, promovendo permanentemente a adequação das suas metas de qualidade.

Concepção

O Programa teve origem na necessidade de elevar a densidade de telefones fixos. Atualmente, a classe A encontra-se suprida de telefones e as classes B e C estão com 90% de atendimento. No entanto, a inserção do serviço nas classes de rendas mais baixas é pequena.

O público-alvo relativo à parcela mais carente da população poderá ser subsidiada de modo a atender os objetivos da universalização das telecomunicações.

Faz-se necessária a correta configuração da população que ainda não foi beneficiada pelo Programa e tem potencial para isso. A parcela que não tem potencial também deverá ser identificada para estabelecimento de políticas públicas de subsídio.

Implementação

A estratégia de implementação é de responsabilidade da iniciativa privada, cabendo à Anatel realizar os procedimentos de outorga e disciplinar a prestação dos serviços de telefonia fixa.

Com vistas a atender as demandas dos usuários dos serviços de telecomunicações na defesa de seus direitos, a Anatel instalou, em 1998, o seu Centro de Atendimento - *Call Center*, que permite o diálogo do público com a Anatel pelo telefone 0800-332001. Operando 24 horas, ininterruptamente, incluídos domingos e feriados, esse centro recebeu, em 2002, 4,9 milhões de ligações, sendo que 39,2% delas foram solucionadas no ato da chamada. Destas chamadas, 411,7 mil referiam-se a reclamações, sendo que 94,4% delas relacionavam-se ao Serviço Telefônico Fixo Comutado. Cerca de 35% das reclamações eram relativas a problemas com cobranças pela prestação dos serviços.

Concebida segundo um conceito moderno de interação, que assegura acesso amplo e fácil às informações do banco de dados da Anatel, a Sala do Cidadão já funciona em 22 capitais, com previsão de instalação nas demais em 2003. Cada Sala do Cidadão é equipada com terminais de computador, impressora, fax, *scanner*, telefone, TV e vídeo, além de atendentes para prestar informações e tirar dúvidas. O próprio interessado pode utilizar os equipamentos, obter informações sobre a Anatel e fazer busca *on-line* nos documentos públicos da Agência, além de dar entrada, sem burocracia, em pedidos de licença para prestação de serviços diversos, acompanhar o andamento de processos e reclamar sobre serviços de telecomunicações.

Quanto ao fator recursos humanos, tem-se que:

- em 1997, o Ministério das Comunicações sofreu decréscimo de 634,80 para 454,39 DAS's unitários nos cargos comissionados e funções de confiança, afetando completamente a capacidade de formulação de políticas nacionais de telecomunicações e implementação das mesmas;
- a extinção de 26 delegacias regionais reduziu ainda mais as condições operacionais do ministério;
- a Anatel está operando com quadro temporário que não conta com qualidade nem quantidade de força de trabalho para a formação de quadro permanente de pessoal necessário ao cumprimento de suas atribuições de fiscalização e regulamentação.

A superação destes entraves somente será possível através da realização de concursos públicos.

Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O Programa tem como objetivo garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes, para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, em bibliotecas públicas, unidades de serviço público em áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico, órgãos de segurança pública, para instituições de assistência a portadores de necessidades especiais carentes e em áreas rurais.

De janeiro de 2001 a outubro de 2002 foram publicadas as portarias que definem todos os projetos (denominados programas pela Exposição de Motivos nº 595/MC, de 07 de novembro de 2000) previstos no Programa **Universalização dos Serviços de Telecomunicações**. Os beneficiários previstos de cada projeto são relacionados a seguir:

- Educação: 60 mil escolas do ensino fundamental, contemplando 5.063 municípios; 13 mil escolas de ensino médio e instituições federais, estaduais e municipais de ensino profissionalizante, contemplando 7 milhões de alunos e envolvendo 318 mil professores;
- Saúde: 11.256 equipes de saúde em família; 67 centrais de regulação e informação em saúde; 45.350 entidades assistenciais de saúde; e mais central de transplantes de órgãos e cartão nacional de saúde;
- Bibliotecas: 4.800 bibliotecas públicas federais, estaduais e municipais; e 5.800 bibliotecas de organizações do terceiro setor e bibliotecas de centros de difusão cultural e científica;
- Telecomunicações: 9 mil localidades com menos de 100 habitantes; 361 mil propriedades rurais isoladas, contemplando 1 milhão de pessoas; e 1 milhão de famílias com baixo poder aquisitivo, contemplando 5 milhões de cidadãos;
- Atendimento a portadores de necessidades especiais: atendimento a 713.600 pessoas carentes; e atendimento a 13.250 instituições de assistência a esse público;
- Segurança Pública: integração das unidades policiais, integração das unidades de apoio à segurança pública e integração do sistema penitenciário, contemplando 40 mil delegacias, quatrocentos batalhões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, 337 penitenciárias, 479 cadeias públicas, 22 colônias agrícolas, 28 casas de albergado e 25 hospitais de custódia; e
- Regiões remotas e de fronteiras: assistência cívico-social e de saúde, apoio a comunidades científicas de pesquisa, integração de unidades militares em áreas de fronteira e integração de localidades remotas e de interesse estratégico, contemplando 140 áreas militares, sessenta navios da Marinha, duzentos pontos remotos civis e a base brasileira localizada na Antártida.

É de responsabilidade da Anatel a elaboração dos planos de metas que serão submetidos à aprovação do Presidente da República, bem como os editais de licitação pública para a implementação dos projetos definidos pelo Ministério das Comunicações.

Gerente:

Frederico José da Silva Monteiro

Resultados Não há resultados aferidos.

A única licitação levada adiante pela Anatel foi suspensa pelo TCU, por medida liminar, diante de vários possíveis vícios, apontados em ação movida por deputados federais.

Segundo o TCU cabia à Anatel esclarecer as seguintes questões:

- inclusão, no mesmo edital, do fornecimento e manutenção de microcomputadores e outros equipamentos de informática e seleção de concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para implantação, disponibilidade e manutenção de acessos a serviços de telecomunicações nas escolas públicas;
- não aplicação da Lei nº 8.666/93, ao elaborar o edital;
- lançamento do edital sem previsão do respectivo Programa no Plano Plurianual 2000-2003;
- utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST para cobertura de custos que a própria prestadora deva suportar, nos termos do contrato de cessão, em desacordo com a Lei nº 9.472/97;
- cumprimento da Lei 9.998/2000, com relação ao atendimento privilegiando a deficientes;
- critérios a serem utilizados e mecanismos de controle com relação ao cumprimento da Lei nº 9.998/2000 quanto à vinculação à parcela dos custos que não pode ser recuperada com a exploração eficiente do serviço; e
- aquisição direcionada do sistema operacional e as providências adotadas para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 10.297/2001.

Diante dos fatos, a própria Anatel anulou, em julho de 2002, o edital de licitação.

Embora a recomendação do Tribunal somente se refira ao Edital de Licitação do Programa Educação e, para quatro dos sete Programas a serem implementados com recursos do FUST são previstos apenas serviços de telecomunicações, isto é, não estão previstos equipamentos terminais, a Anatel até o final de 2002, não elaborou nenhum dos planos de metas nem os editais de licitação.

Concepção Em agosto de 2002 foi proposta reorganização do Programa sob o enfoque de correlacionar suas ações aos projetos definidos na Exposição de Motivos nº 595/MC, de 07 de novembro de 2000. Essa proposta, descrita a seguir, foi incorporada pelo Projeto de Lei Orçamentária 2003:

Exclusão das ações:

- Implantação de acessos aos serviços de telecomunicações em instituições de saúde pública";
- Implantação de acessos aos serviços de telecomunicações em localidades onde o custo dos serviços não possa ser recuperado com sua exploração comercial; e
- Implantação de acessos aos serviços de telecomunicações nos estabelecimentos públicos de ensino e bibliotecas públicas.

Inclusão das ações:

- Promoção da implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, em bibliotecas, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, incluindo os equipamentos terminais;
- Promoção da implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, em instituições de saúde, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável;
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telecomunicações, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, para atendimento a comunidades de baixo poder aquisitivo;
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telecomunicações, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, em localidades com menos de 100 habitantes';
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, situadas em áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável;
- Promoção da implantação de acessos individuais aos serviços de telecomunicações, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, a órgãos de segurança pública;
- Promoção de fornecimento de acesso individual aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface, a deficientes carentes e a instituições de assistência a deficientes, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável;
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telefonia, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, em áreas rurais";
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, em estabelecimentos de ensino, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, incluindo os equipamentos terminais; e
- Outorga de serviços de telecomunicações em regime público.

O produto e a unidade de medida da última ação são "contrato outorgado" e "unidade", e das demais ações são "acesso ofertado" e "unidade".

- Alteração da denominação da ação Monitoramento da Universalização dos Serviços de Telecomunicações para Controle dos Contratos de Outorga de Serviços de Telecomunicações em Regime Público, e alteração do seu produto de "acesso telefônico implantado" para "contrato controlado".

.....
Além das razões expostas no item anterior, outro dificultador da implementação do Programa é o fato de que devido ao forte esvaziamento político e administrativo sofrido pelo Ministério das Comunicações, a elaboração de planos de metas e editais de licitação ficou excessivamente concentrada na estrutura da Anatel e, mesmo depois da anulação do edital de licitação para o Programa Educação no primeiro semestre de 2002, a Anatel não havia providenciado a elaboração dos novos planos de metas e editais de licitação, ambos de sua responsabilidade, até o final de 2002.

Implementação

O recurso financeiro do Programa se constitui no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, o qual foi instituído com a finalidade de proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento da universalização dos serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do artigo 81 da Lei 9.472, de 1997.

O art. 11 da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2001, dispõe que o saldo positivo do FUST, apurado no balanço anual, será transferido como crédito do mesmo fundo para o exercício seguinte.

A receita do FUST em 2001 foi de R\$ 1.044.691.357,00 e em 2002 alcançou R\$ 1.099.440.421,00.

Visando a melhoria na implementação do Programa faz-se necessário:

- definir-se com mais clareza as responsabilidades de todos os atores (Ministério das Comunicações/Anatel/ministérios parceiros) na implementação do Programa;
- melhor coordenação de todos os recursos humanos disponíveis para a implementação do Programa, os quais estão dispersos entre a Anatel, Ministério das Comunicações e demais ministérios, resultando em falta de comunicação entre os atores; e
- que sejam estabelecidos prazos para o cumprimento pela Anatel da elaboração dos planos de metas e dos editais de licitação.